

MILLENNIUM SNAPSHOTS SETORIAIS PRR

OPORTUNIDADES DO PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA

Agricultura
e Floresta

Millennium
bcp Empresas
AQUI CONSIGO

EDITORIAL

O plano para relançar a economia



João Nuno Palma
Vice-Presidente da
Comissão Executiva

*Eis aqui, quase cume da cabeça
De Europa toda, o Reino Lusitano,
Onde a terra se acaba e o mar começa (...)*

Luís de Camões

O PRR – Plano de Recuperação e Resiliência é apenas uma parte do conjunto dos fundos que a União Europeia tornará acessíveis a Portugal nos próximos anos, com o objetivo imediato de reagir à crise pandémica, através de respostas articuladas para a reanimação económica e a criação de emprego, atendendo simultaneamente a problemas estruturais que se aguardam há vários anos.

O PRR não pode, por isso, ser encarado como um instrumento isolado e independente da reprogramação em curso no Portugal 2020, nem divorciado do próximo QFP – Quadro Financeiro Plurianual que vigorará até ao fim da década. O Plano encerra em si mesmo algumas conexões para o magno objetivo da dupla transição climática e digital.

Parece, assim, que a harmonia completa tem de ser complementada com as dotações anuais de investimento do



orçamento de Estado, bem como com o envelope financeiro final contratualizado para o Portugal 2030, aos quais ainda se podem associar, de forma adjacente e casuística, os programas que a Comissão Europeia gere na área da Ciência, como o Horizonte Europa (no apoio à investigação e à inovação) ou na área da Cultura, com o Europa Criativa.

Em suma e resumindo, os próximos cinco anos, até final de 2026, concentrarão uma disponibilidade financeira excepcional, e sem precedentes, para o desenvolvimento económico e social do nosso país, correspondente a mais de 48 mil milhões de euros de um total superior a 61 mil milhões de euros.

O PRR constitui-se como a fase seguinte aos apoios iniciais desenvolvidos para atenuar a dimensão da crise de 2020 – quer por via das garantias de Estado, quer por via das moratórias – às situações de emergência económica e social vividas em plena pandemia.

O CAPEX Público previsto para investimento na aquisição de bens e serviços (obras públicas e equipamentos, entre outros) será de, aproximadamente, 10 mil milhões de euros,

orientado para o estímulo da procura, com efeitos multiplicadores no crescimento económico.

Porém, face aos robustos objetivos dessa agenda PRR, a atual formulação do tecido empresarial pode, em alguns casos, não se ajustar às ambições aí consagradas, pelo que é muito atendível que a dimensão de alguns investimentos aconselhe e estimule processos de cooperação empresarial.

Esse é um dos grandes desafios do PRR: o desenvolvimento de parcerias e associação conferirá mais valor às oportunidades que aí se identificarem, seja pela dimensão ou pela especificidade, cabendo ao Estado proporcionar essas condições e às empresas organizarem-se para corresponder a esta intervenção excepcional.

Atendendo ao volume dos montantes envolvidos, mas também ao espaço de tempo disponível para a concretização do PRR, é desejável que a tramitação dos avisos de concurso seja simplificada, com estruturas ágeis, rápidas nos processos de avaliação de candidaturas e uma conseqüente fluidez nos processos de decisão e contratação.



Sendo certo que estes serão programas fortemente escrutinados, até pela experiência consolidada, sabe-se que a *Governance* do PRR, na área da coordenação técnica e de gestão, será assumida por uma estrutura de missão, e que a sua execução será contratualizada com agências e organismos públicos.

Neste contexto, no Millennium bcp, acreditamos genuinamente na parceria que podemos construir com os nossos Clientes, mas também na capacidade conjunta de ultrapassar este desafio extraordinário e singular!

Com estes *Snapshots* Setoriais PRR desejamos contribuir para que os empresários e gestores possam tomar decisões ainda melhor fundamentadas, contando para isso com as Equipas do Banco, como um parceiro que conhece bem a economia e está preparado no serviço que presta aos Clientes.

Pela nossa parte - no Millennium bcp - estamos comprometidos com as prioridades de mudança estrutural da economia portuguesa e no reforço do tecido empresarial, centrados na capitalização e robustez dos balanços das empresas, no redimensionamento empresarial, no incremento da inovação e no fortalecimento da capacidade exportadora.

Acreditamos que o contexto do pós-pandemia será fortemente desafiante.

Estando o Millennium bcp fortemente comprometido com a nossa economia e com o sucesso da sua evolução, e sendo o PRR e o QFP programas transformacionais cuja implementação e boa execução pelos nossos Clientes é também uma prioridade para o Banco, estaremos assim ativos e empenhados nas candidaturas das Empresas a atuar em Portugal aos programas referidos.

Contem connosco!

CONTEXTO

Portugal receberá 61 mil milhões de euros de subvenções e empréstimos

No início de 2021, foi aprovada pelo Governo a Estratégia Portugal 2030 que constitui o referencial para a aplicação dos vários instrumentos de política a adotar no futuro próximo.

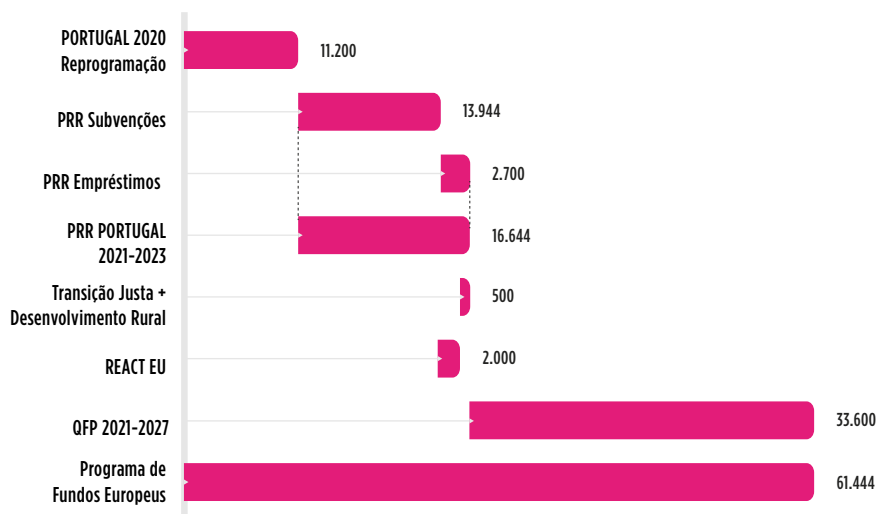
Em termos globais, **este será o maior pacote de medidas de estímulo alguma vez financiado pelo orçamento da União Europeia, num total de 1,8 biliões de euros**, para ajudar a reconstruir a Europa no pós-Covid-19, criando uma Europa mais verde, mais digital e mais resiliente.

Portugal contará com 61 mil milhões de euros para a sua recuperação e retoma económica, pós-pandemia, com especial enfoque em três instrumentos de investimento: Portugal 2020, reprogramado com 11.200 milhões de euros; Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), com 16.644 milhões de euros; e Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027 (QFP 21-27), com 33.600 milhões de euros.



Financiamento das medidas de investimento económico e social

milhões de euros



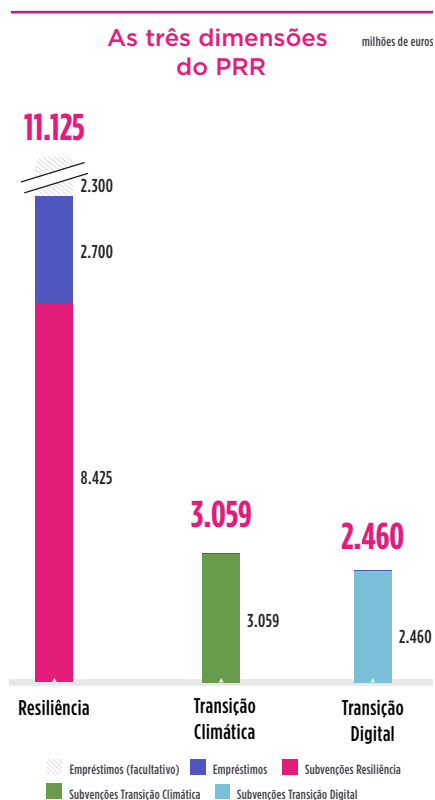
Timeline para a execução do investimento

Plano PT-EU	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	Responsável	Tempo
PORTUGAL 2020 Reprogramação	PT2020 11.200 M€									ADC	3 anos
PRR Subvenções		PRR Aprovação 13.944 M€				PRR Execução				Recuperar Portugal	3+3 anos
PRR Empréstimos		PRR Aprovação 2.700 M€				PRR Execução				Recuperar Portugal	3+3 anos
Transição Justa + Des. Rural + REACT EU		TJ + DR + REACT EU 2.500 M€				PRR Execução				Recuperar Portugal	3+3 anos
QFP 2021-2027 PORTUGAL 2030		QFP 2021-2027 PT2030 Aprovação 33.600 M€						QFP 2021-2027 PT2030		ADC	7+2 anos

↑
15/02/2021

PRR 2021-2023

Enquadramento do Plano de Recuperação e Resiliência

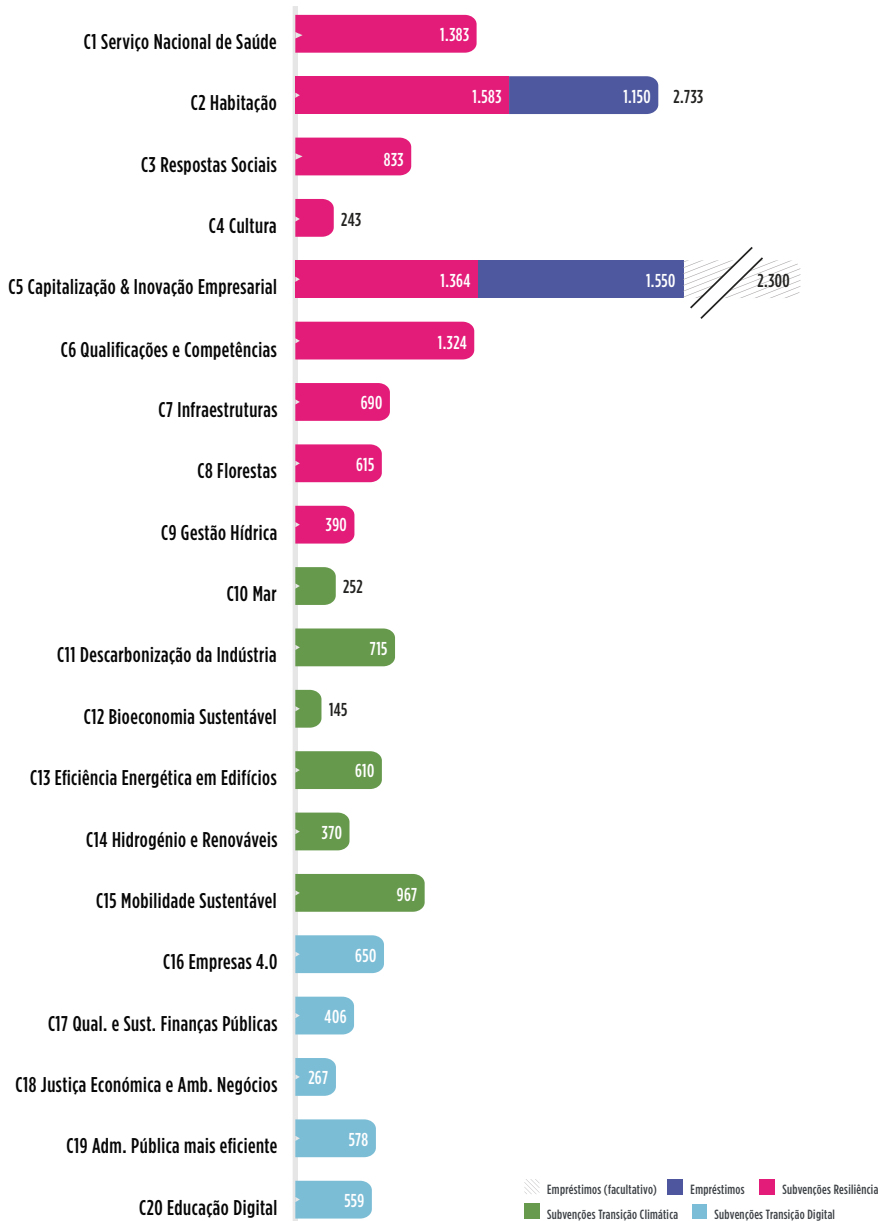


O Programa de Recuperação e Resiliência atribuirá a Portugal 13.944 milhões de euros em subvenções e 2.700 milhões de euros em empréstimos para ativar em três domínios de recuperação (resiliência, transição climática e transição digital), num conjunto de 20 componentes de investimento, 37 reformas e 83 investimentos, que permitirão ao país retomar o crescimento económico sustentado, reforçando assim o objetivo de convergência com a Europa ao longo da próxima década.

O recurso à componente de apoios sob a forma de empréstimos poderá ainda ser aumentado num valor adicional de 2,3 mil milhões de euros, após uma reavaliação no segundo semestre de 2022.

As componentes do PRR

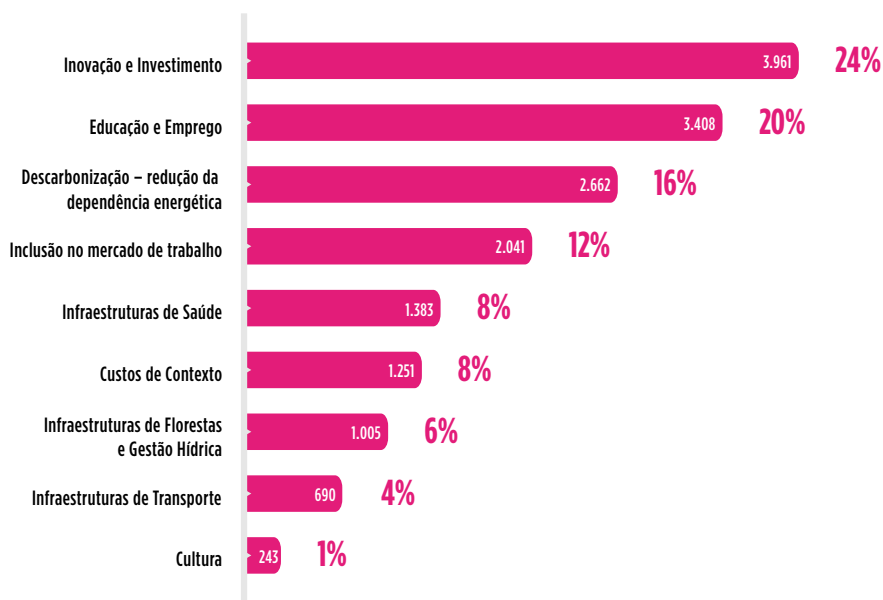
milhões de euros



As áreas temáticas mais impactadas pela resposta do PRR à pandemia são a Inovação e Investimento (Capitalização Empresarial, Inovação, Mar, Bioeconomia e Empresas 4.0), a Educação e Emprego (Alojamento estudantil, Qualificações e Competências e Escola Digital) e a Redução da dependência energética (Descarbonização da Indústria, Eficiência Energética, Renováveis, Hidrogénio e Mobilidade Sustentável). Estas três áreas representam 60% dos apoios concedidos.

Visão do PRR por áreas temáticas

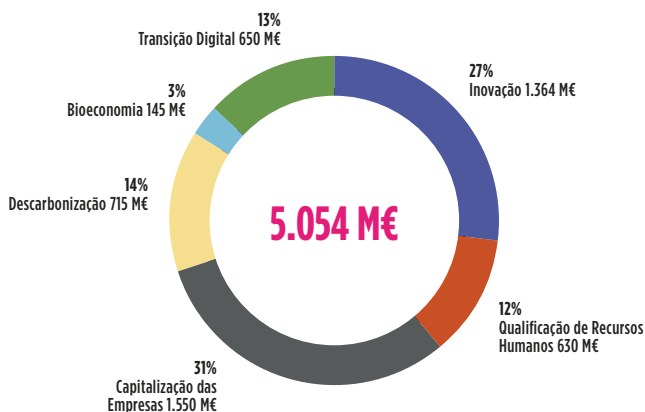
milhões de euros



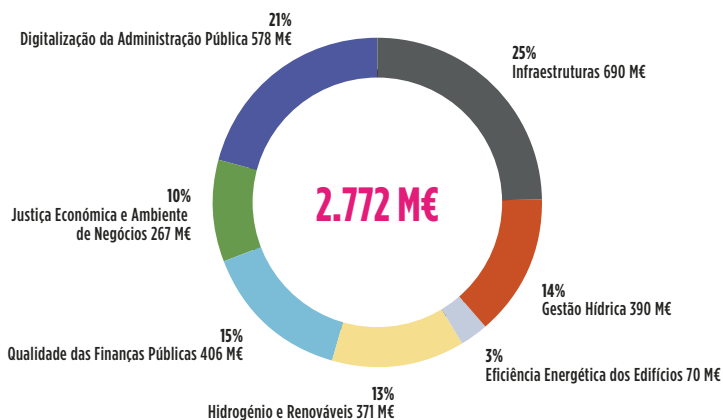
Dos cerca de 16 mil milhões de euros que constituem o PRR, mais de 10 mil milhões dizem respeito a investimento público distribuído pelos três grandes eixos do programa: a transição digital, a transição climática e a resiliência.

Na vertente de investimento privado, o PRR assume como principal missão apoiar o tecido empresarial português na recuperação da crise pandémica e na transição para uma atividade mais digital e amiga do ambiente. Neste âmbito, foram definidas medidas que preveem quer apoios diretos, quer apoios indiretos, através de investimentos que dinamizem a atividade do setor privado em Portugal.

Apoio direto às empresas



Apoios indiretos às empresas



A proposta do “PRR – Recuperar Portugal, Construindo o Futuro” foi submetida à Comissão Europeia no dia 22 de abril de 2021 e espera-se que ainda durante o segundo semestre de 2021 sejam disponibilizados os primeiros avisos para concurso.

A abertura destes avisos permitirá a aprovação de projetos de investimento de cada uma das componentes, abrindo assim as oportunidades para a contratação pública e adjudicação da execução às empresas e ao setor privado.

Oportunidades no setor público



Aprovação do PRR



Abertura de avisos



Aprovação de projetos

Oportunidades no ecossistema



Anúncios de contratação pública



Contrato público

SETOR EM ANÁLISE

Agricultura e Floresta

Os **setores Agrícola e Florestal**, pela sua importância estratégica, serão contemplados com inúmeras medidas no PRR, que visam a sustentabilidade, a modernização e o crescimento dos mesmos.

Ao longo dos anos, as medidas aplicadas ao ordenamento da floresta têm-se mostrado ineficazes, evidenciando a vulnerabilidade dos territórios florestais.

A alteração ao ordenamento florestal implica a implementação de medidas programáticas que configurem uma estratégia para os territórios vulneráveis da floresta e que contribuam para ordenar o território, através da transformação da paisagem, promovendo uma floresta mais resiliente ao fogo.

São necessárias ações de gestão, ordenamento e reconversão florestal que visem ajudar a reduzir o “risco de incêndio” e a promover a “proteção de pessoas e bens”.

Fonte: D.G. Território e Agroportal



O setor no PRR

Em parceria com a AGRO.GES analisámos o Plano de Recuperação e Resiliência na perspetiva de aferir quais as medidas com maior impacto potencial na atividade das empresas que atuam no âmbito da Agricultura e da Floresta.

Principais apoios ao complexo agroflorestal

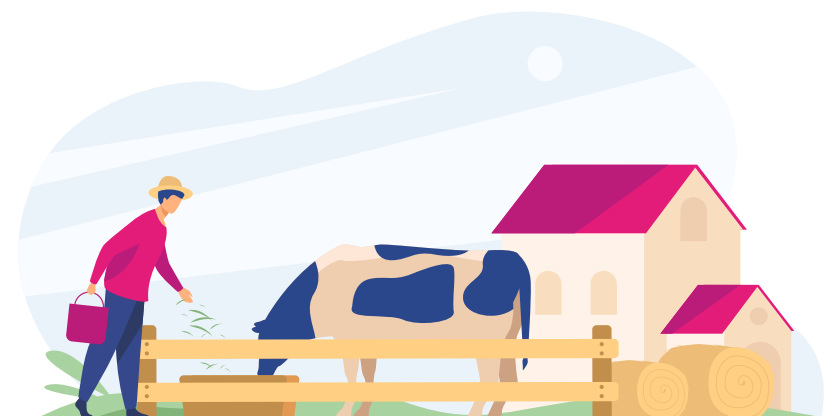
Os instrumentos previstos no âmbito do PRR que se podem considerar como especificamente direcionados ao apoio ao complexo agroflorestal são os seguintes:

- Agenda de investigação e inovação para a sustentabilidade da agricultura, alimentação e agroindústria – 93 M€;
- Relançamento económico da agricultura açoriana – 30 M€;
- Florestas – 615 M€;
- Plano Regional de eficiência hídrica do Algarve (SM2, SM3 e SM5) – 97 M€;
- Aproveitamento hidráulico de fins múltiplos do Crato – 120 M€;
- Plano de eficiência e reforço hídrico dos sistemas de abastecimento e regadio da RAM – 70 M€.

Estes instrumentos totalizam um montante de 930 M€ (5,6%) do PRR, sendo também eles maioritariamente alocados a entidades públicas nas áreas da floresta, gestão da água, inovação e investigação, entre outros.

As entidades privadas do complexo agroflorestal poderão beneficiar de forma direta de alguns dos apoios acima identificados e terão acesso a outros instrumentos disponíveis ao conjunto dos agentes económicos (não setorializados), incluídos nas seguintes tipologias de apoio:

- Agendas/Alianças Verdes para a Inovação Industrial - 372 M€;
- Capitalização de empresas e resiliência financeira/Banco Português de Fomento - 1.550 M€;
- Bioeconomia sustentável - 145 M€;
- Empresas 4.0 - 650 M€;
- Qualificação e competências - 1.324 M€;
- Descarbonização da indústria - 715 M€.



Análise das Componentes Relevantes

C5 – Capitalização e Inovação Empresarial

Objetivo: aumentar a competitividade e resiliência da economia portuguesa com base em I&D, inovação, diversificação e especialização da estrutura produtiva.

Montante global: 2.914 M€, com possibilidade de recurso adicional a empréstimos no valor até 2.300 M€ a alocar à Capitalização de Empresas e Agendas/Alianças Mobilizadoras.

Reformas e Investimentos relevantes para o sector agroflorestal:

- Agendas/Alianças Verdes para a Inovação Industrial – 372 M€;
- Agenda de investigação e inovação para a sustentabilidade da agricultura, alimentação e agroindústria – 93 M€;
- Relançamento económico da agricultura açoriana – 30 M€;
- Capitalização de empresas e resiliência financeira/Banco Português de Fomento – 1.550 M€.

a) Agendas/Alianças Verdes para a Inovação Industrial

Objetivos:

- Atingir a neutralidade carbónica até 2050;
- Modelo mais eficiente no uso regenerativo dos recursos;
- Estimular a produção e incorporação de conhecimento científico e tecnológico pelas empresas;
- Valorizar a transição verde e alocar uma proporção substancial do investimento em inovação para projetos que respondam a este objetivo;
- Transição verde e o cumprimento das metas definidas no

Plano Nacional Energia e Clima 2021-2030 e o Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050;

- Apoiar e promover um conjunto restrito de Agendas Verdes para a Inovação empresarial;
- Alavancar o desenvolvimento de novos produtos, serviços e soluções, com elevado valor acrescentado e incorporação de conhecimento e tecnologia, que permita responder ao desafio da transição verde em direção à sustentabilidade ambiental;
- Investigação e inovação, transferência de tecnologias e cooperação entre empresas, incidindo na economia hipocarbónica, na resiliência e na adaptação às alterações climáticas;
- Áreas temáticas a apoiar – Energia; **Agroalimentar; Floresta;** Economia do Mar; Água e Ambiente.

Apoios:

- Em regra, os apoios públicos deste investimento vão assumir a forma de subvenções, podendo ter um *mix* de categorias de auxílios;
- Processo aberto e competitivo de auscultação, através de um processo concursal único;
- Avaliação das propostas deverá permitir selecionar uma *short list* de Agendas Verdes, cujos projetos deverão demonstrar, em sede de candidatura, o alinhamento das atividades propostas com os objetivos verdes e com a taxaonomia para o financiamento sustentável;
- Dirigido a empresas de qualquer dimensão e setor de atividade e Entidades não Empresariais do Sistema de I&I;
- Calendário:
 - 1ª Fase – “concurso de ideias” – 2º trimestre 2021;

- 2ª Fase – seleção das agendas e negociação das propostas – 2º semestre 2021;
- 2ª Fase – celebração dos contratos-programa – 1º trimestre de 2022;
- Implementação dos projetos selecionados – 1º trimestre 2022 a 2º trimestre 2026;
- Implementar um conjunto restrito de cerca de 4 Agendas Verdes para a Inovação Empresarial, sendo apoiados cerca de 12 projetos por agenda, com um investimento médio de 10 milhões de euros e um incentivo médio estimado de 7,5 milhões.

b) Agenda de investigação e inovação para a sustentabilidade da agricultura, alimentação e agroindústria

Objetivos:

- População mais saudável, através da promoção de um sistema alimentar mais sustentável;
- Agricultura mais inclusiva, igualitária e integrada, que potencie a atração de mais jovens para os territórios rurais e para a atividade agrícola;
- Criação de melhores condições para o aumento do rendimento dos produtores, tornando a atividade agrícola mais rentável, atrativa e competitiva;
- Agricultura mais resiliente, que proteja o ambiente, assegure a sustentabilidade dos recursos água, solo e biodiversidade e contribua para a transição climática;
- Metas:
 - Mais Saúde: aumentar, em 20%, o nível de adesão à Dieta Mediterrânica;

- Mais Inclusão: instalar 80% dos novos jovens agricultores nos territórios de baixa densidade;
- Mais Rendimento: aumentar o valor da produção agroalimentar em 15%;
- Mais Futuro: mais de metade (+50%) da área agrícola em regimes de produção sustentável reconhecidos;
- Mais Inovação: aumentar em 60% o investimento em investigação e desenvolvimento (I&D);
- Modernização da Rede de Inovação, através da renovação/requalificação das infraestruturas e equipamentos científicos de laboratórios, estruturas piloto, estações experimentais, coleções de variedades regionais e efetivos de raças autóctones (Polos da Rede de Inovação).

Iniciativas:

- [Sociedade] | 1. Alimentação sustentável: valorizar e estimular o consumo dos produtos endógenos, garantindo a autenticidade e promovendo a confiança dos consumidores;
- [Sociedade] | 2. Uma Só Saúde: promover a saúde animal e a sanidade vegetal com vista a proporcionar o bem-estar da população;
- [Território] | 3. Mitigação das alterações climáticas: reduzir as emissões líquidas de gases com efeito de estufa produzidas pela atividade agrícola;
- [Território] | 4. Adaptação às alterações climáticas: aumentar a resiliência dos sistemas agrários e a capacidade de adaptação às alterações climáticas;
- [Território] | 5. Agricultura circular: promover a circularidade na agricultura;

- [Território] | 6. Territórios sustentáveis: promover o uso sustentável dos recursos naturais e dos ecossistemas;
- [Território] | 7. Revitalização das zonas rurais: promover a atratividade e rejuvenescimento dos territórios rurais, através da partilha e difusão do conhecimento, do estabelecimento de redes de inovação e de criatividade (territórios rurais inteligentes);
- [Cadeia de Valor] | 8. Agricultura 4.0: promover a transformação digital do setor agroalimentar;
- [Cadeia de Valor] | 9. Promoção dos produtos agroalimentares portugueses: valorizar os produtos agroalimentares portugueses através do apoio à inovação na criação de novos produtos que correspondam às novas tendências de consumo, assim como a inovação orientada para a exportação;
- [Cadeia de Valor] | 10. Excelência da organização da produção: fomentar a inovação organizacional através da implementação de modelos inovadores, reforçar a posição dos agricultores na cadeia de valor; e de boas práticas que capacitem a gestão profissional das organizações de produção;
- [Cadeia de Valor] | 11. Transição agroenergética: descarbonizar o setor agroalimentar e promover a autossuficiência energética;
- [Estado] | 12. Promoção da investigação, inovação e capacitação: fazer com que a inovação seja o motor de transformação na agricultura e alimentação;
- [Estado] | 13. Rede de Inovação: ter um ecossistema de inovação na agricultura e na alimentação, que responda às necessidades de toda a sociedade;

- [Estado] | 14. Portal Único da Agricultura: agilizar e simplificar a relação do agricultor, dos cidadãos, das empresas e de outros agentes económicos com a Administração Pública. O agricultor deve ser colocado no centro da estratégia digital do Ministério, permitindo uma visão 360º do agricultor, potenciando a interoperabilidade de diversos sistemas de informação, através da desmaterialização e da modernização dos processos e procedimentos, com o objetivo de incrementar a eficiência e a capacidade de resposta;
- [Estado] | 15. Reorganiza: aumentar a eficiência dos serviços e melhorar as suas respostas através da implementação de medidas para consolidar a aposta na transição digital e no reforço dos mecanismos de monitorização, avaliação e ajustamento dos processos e procedimentos.

Apoios:

- Apoio essencialmente a organismos públicos;
- Eventual apoio ao setor empresarial;
- Apoio a 100 projetos de investigação e inovação – até final de 2025;
- Projetos de investigação e inovação – apoio por projeto de 450.000€;
- Projetos estruturantes de inovação – apoio por projeto de 2.400.000€;
- Renovação/requalificação da Rede de Inovação – estimativa total de investimento de 36 M€.

c) Relançamento económico da agricultura açoriana

Objetivos:

- Diversificação da produção agrícola e agroalimentar dos Açores, assente na I&D&I, respondendo às novas tendências e exigências dos mercados interno e externo e permitindo gerar mais valor;
- Adaptação aos grandes desafios do futuro plasmados nos desígnios do Pacto Ecológico Europeu, da Estratégia do Prado ao Prato e da Estratégia em favor da Biodiversidade;
- Transição para fileiras agrícolas mais ecológicas, mais sustentáveis, mais diversificadas, adaptadas às condições edafoclimáticas, geográficas e socioeconómicas regionais e que contribuam para a progressiva autonomia alimentar;
- I&D, dupla transição verde e digital, inovação de produtos e processos de produção e organização e capacitação dos agentes do setor e da população em geral, através da transferência eficaz e eficiente de conhecimentos;
- Relançamento da agricultura regional nas suas grandes fileiras: fileira do leite, fileira da carne e fileiras das produções diversificadas (horticultura, fruticultura, floricultura, vinha e apicultura);
- Contribuir para a resiliência e o crescimento sustentável do potencial produtivo regional;
- Atenuar o impacto económico e social da crise no setor agrícola e agroalimentar dos Açores;
- Contribuir para a dupla transição climática e digital no setor agrícola e agroalimentar dos Açores.

Investimentos:

- Apoio à inovação de produtos e processos de produção e organização, à transição verde e à transição digital, destinados à reestruturação de empresas do setor da transformação e comercialização de produtos agrícolas;
- Apoio à inovação de produtos e processos de produção e organização, à transição verde e à transição digital, destinados à reestruturação das explorações agrícolas;
- Execução do Programa de Inovação e Digitalização da Agricultura dos Açores;
- Execução do Programa de Capacitação dos Agricultores e de Promoção da Literacia da população em Produção e Consumo Sustentáveis;
- Reestruturação da Rede Regional de Abate e da Rede de certificação da qualidade do leite e da segurança alimentar.

Apoios:

- Apoios diretos à recuperação e resiliência das empresas – apoios à execução de projetos de investimento, sob a forma de subvenções não reembolsáveis:
 - Regimes de apoio à reestruturação de empresas do setor da transformação e comercialização – 9 M€;
 - Regimes de apoio à reestruturação das explorações agrícolas – 4,5 M€;
 - Apoios às empresas complementares dos regimes de apoio atualmente em vigor no âmbito do PRORURAL, sendo que os regimes de apoio a financiar pelo PRR serão especialmente dirigidos para projetos de investimento que visem diretamente a inovação, a transição verde e/ou a transição digital;

- Investimento público no âmbito da I&D&I e da dupla transição verde e digital – 4,35 M€;
- Investimento público na reestruturação da rede regional de abate e da rede de certificação da qualidade do leite e da segurança alimentar – 12,15 M€;
- Executado no período 2021-2025:
 - Fase 1: Publicação dos Planos Estratégicos – até ao final de 2021;
 - Fase 2: Publicação dos Regimes de Apoio e dos Programas para a Inovação/Digitalização e Capacitação/Literacia – até ao final do 1º trimestre de 2022; lançamento dos concursos para as empreitadas de requalificação da rede regional de abate e da rede de certificação da qualidade do leite e da segurança alimentar – 2021 e início de 2022;
 - Fase 3: Conclusão das empreitadas de requalificação da rede regional de abate – até ao final do 1º semestre de 2024; execução dos Regimes de Apoio e dos Programas para a Inovação/ Digitalização e Capacitação/Literacia – até ao final de 2025.

d) Capitalização de empresas e resiliência financeira/ Banco Português de Fomento

Objetivos:

- Reduzir significativamente a complexidade na oferta de produtos de financiamento empresarial com apoio público;
- Promover um esforço continuado de capacitação financeira;
- Promover a viabilização de projetos de interesse estratégico nacional;
- BPF terá por missão:
 - Apoiar o desenvolvimento da economia através da disponibilização de soluções de financiamento, nomeadamente

por dívida, em condições de preço e prazo adequadas à fase de desenvolvimento de empresas e projetos, potenciando a capacidade empreendedora, o investimento e a criação de emprego e proporcionando ainda às empresas locais condições de financiamento equivalentes às melhores referências do mercado internacional, através da gestão de instrumentos de financiamento e partilha de riscos;

- Apoiar o desenvolvimento da comunidade empresarial portuguesa, colmatando as falhas de mercado no acesso ao financiamento das empresas, com enfoque nas pequenas e médias empresas e *midcaps*, em particular;
- “Banco Verde”, com o propósito de conferir capacidade financeira e acelerar as várias fontes de financiamento existentes dedicadas a investir em projetos de neutralidade carbónica e de economia circular.



Implementação:

A implementação da reforma do mercado de capitais e promoção da capitalização das empresas não-financeiras vai ter por base as seguintes medidas:

- I. Desenvolvimento do mercado de capitais;
- II. Dinamização das SIMFE;
- III. Revisão do Código dos Valores Mobiliários;
- IV. Revisão do enquadramento jurídico dos organismos de investimento coletivo;
- V. Incentivo à capitalização: Dedução por lucros retidos e reinvestidos.

Na prossecução da sua missão, o Banco Português de Fomento deve focar-se, nomeadamente, no financiamento direto a empresas ou na facilitação de acesso a financiamento nas seguintes áreas de relevância estratégica:

- PME, *Midcap*, bem como grandes empresas consideradas importantes para a economia nacional, seja numa fase inicial ou numa fase mais desenvolvida destas empresas;
- Projetos de investigação e desenvolvimento, levando os resultados de investigação ao mercado, transição digital, empreendedorismo, inovação e aumento de escala de empresas inovadoras, inteligência artificial, *inter alia* - em pleno alinhamento com as restantes reformas desta componente;
- Projetos no setor das infraestruturas sustentáveis, conectividade digital, transportes e mobilidade, neutralidade carbónica, economia circular, transição energética, infraestruturas energéticas e ambientais, nas áreas dos recursos hídricos e de gestão de resíduos, bem como projetos em outras atividades sustentáveis, conforme definidas pela taxonomia europeia, *inter alia*;

- Projetos no setor de investimento social e das qualificações, abrangendo em particular o setor da saúde, dos cuidados continuados, educação e formação (a todos os níveis), emprego e inclusão social, habitação acessível ou social e iniciativas similares;
- Financiamento a longo prazo de projetos de investimento a ser desenvolvidos pelo setor público ao nível central, regional ou municipal.

Apoios:

- Capitalização de empresas e resiliência financeira – 1.300 M€;
- Aumento de capital do BPF para implementação do InvestEU – 250 M€;
- O Banco Português de Fomento estará plenamente operacional no início do ano de 2021.

C8 – Florestas

Objetivo: desenvolver uma resposta estrutural na prevenção e combate de incêndios rurais com impacto ao nível da resiliência, sustentabilidade e coesão territorial.

Montante global: 615 M€

Reformas e Investimentos relevantes para o sector agroflorestal:

- ↗ Transformação da Paisagem dos Territórios de Floresta Vulneráveis – 270 M€;
- ↗ Cadastro da Propriedade Rústica e Sistema de Monitorização da Ocupação do Solo – 86 M€;
- ↗ Faixas de Gestão de Combustível – Rede Primária – 120 M€;
- ↗ Meios de prevenção e combate a incêndios rurais – 89 M€;
- ↗ Programa MAIS Floresta – 50 M€.

a) Transformação da Paisagem dos Territórios de Floresta Vulneráveis

Objetivos:

- Dar resposta coerente e integrada aos problemas estruturais que ameaçam a sustentabilidade ambiental, ecológica, económica e social de uma parte significativa do território português;
- Aumentar a resiliência dos territórios vulneráveis face aos riscos associados às alterações climáticas, em particular aos incêndios rurais e à perda da biodiversidade;
- Mudança estrutural nos modelos de ocupação e gestão dos solos;
- Fomentar novas economias e a coesão territorial e contrariando a perda de população.

Implementação:

- Privados – relativos a ações de emparcelamento (Programa "Emparcelar para Ordenar"), áreas integradas de gestão da paisagem (AIGP), operações integradas de gestão da paisagem (OIGP) e condomínios de aldeia;
- Públicos – Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem e condomínios de aldeia;
- A entidade responsável pela execução e reporte deste investimento é o Fundo Ambiental.

Apoios:

- Beneficiários são administração central (em particular DGT e ICNF, I. P.), e aos agentes locais públicos (autarquias locais, comunidades intermunicipais), privados (proprietários de prédios rústicos, produtores florestais, investidores)

e coletivos (associações locais, organizações de produtores, entidades gestoras de ZIF, baldios, entidades de gestão coletivas, cooperativas);

- Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem – 3,4 M€;
- AIGP – 3 M€;
- OIGP – 217 M€;
- Condomínios de Aldeia – 36,6 M€;
- Programa “Emparcelar para Ordenar” – 10 M€;
- Execução anual, até ao final de 2025.

b) Cadastro da Propriedade Rústica e Sistema de Monitorização da Ocupação do Solo

Objetivos:

- Assegurar uma base de conhecimento alargado sobre o território, nomeadamente quanto ao tipo e limites das propriedades rústicas, permitindo identificar os proprietários da terra;
- Planeamento, gestão e apoio à decisão sobre o território e à sua ocupação e uso;
- Desenvolvimento sustentável de políticas públicas;
- Adequada gestão das propriedades rústicas pelos privados;
- Dotar o país de conhecimento atualizado e detalhado do território em duas vertentes – a nível cadastral, com identificação dos proprietários da terra e dos limites e caracterização da propriedade, e na obtenção de cartografia de referência.

Implementação:

- Investimentos de natureza pública;
- A entidade responsável pela execução e reporte deste Investimento é o Fundo Ambiental.

Apoios:

- Expansão do sistema de informação cadastral simplificado e universalização da plataforma do Balcão Único do Prédio (BUPi) – 56 M€;
- Sistema de Monitorização de ocupação do solo – Cartografa de Referência – 30 M€;
- Execução anual, até ao final de 2025.

c) Faixas de Gestão de Combustível – Rede Primária**Objetivos:**

- Manutenção de uma paisagem mais resistente e resiliente aos incêndios rurais, optando por instalar modelos de silvicultura adequados ao local de aplicação e apostando na silvicultura preventiva, na criação de redes de defesa da floresta, num novo quadro de usos da terra e práticas de ordenamento do território;
- Criação de descontinuidades horizontais na paisagem através de uma rede primária de faixas de gestão de combustível;
- Isolar focos de ignição de fogos;
- Reduzir os efeitos de passagem dos incêndios, protegendo vias de comunicação, infraestruturas e equipamentos sociais, zonas edificadas e povoamentos florestais de valor especial;
- Diminuir a superfície percorrida por grandes incêndios, compartimentando a paisagem e dificultando a passagem do fogo;

- Facilitar as operações de combate direto e indireto ao fogo;
- Permitir uma maior amplitude de visão para o planeamento do combate e definição dos locais de posicionamento das equipas de combate ao fogo;
- Garantir a segurança aos bombeiros e uma rota de fuga no combate ao fogo.

Implementação:

- Os investimentos assumem natureza pública;
- A entidade responsável por este Investimento é o Fundo Ambiental;
- A execução será por via de meios próprios do ICNF, I. P. e da Florestgal, S. A., e da contratação de serviços externos;
- Priorizar e otimizar a rede primária projetada - 1ª fase de reestruturação (de 132.000 ha para 44.600 ha);
- Concluir a definição da restante rede primária a nível nacional - 2ª fase de reestruturação (70.400 ha);
- Executar a rede primária estruturante resultante das duas fases de reestruturação (44.600 ha + 70.400 ha).

Apoios:

- Execução anual, até ao final de 2025;
- Execução da rede primária de faixas de gestão de combustível - 33,48 M€;
- Implementação e pagamento de servidões administrativas em faixas de interrupção de combustível (FIC) - 87,01 M€.

d) Meios de prevenção e combate a incêndios rurais

Objetivos:

- Garantir o reforço dos meios dos organismos do Estado com intervenção na prevenção e combate de incêndios rurais, através da aquisição de meios aéreos de combate, viaturas, máquinas e equipamentos;
- Alavancar a capacidade de intervenção da Força Aérea Portuguesa e da ANEPC – aquisição de helicópteros, edificação/adaptação de infraestruturas;
- Alavancar a capacidade de intervenção do ICNF;
- Melhorar os processos de suporte à avaliação de risco através da uniformização e atualização da rede de radares do IPMA.

Implementação:

- Os investimentos assumem natureza pública;
- Beneficiários são Força Aérea, ICNF e IPMA.

Apoios:

- Execução anual, até ao final do 1º semestre de 2026;
- Aquisição de helicópteros bombardeiros ligeiros (HEBL) e médios (HEBM) – 70 M€;
- Aquisição de maquinaria e equipamentos – 15,64 M€;
- Uniformizar e atualizar a rede de radares meteorológicos – RADAR de Coruche/Cruz do Leão e RADAR de Loulé/Cavalos do Caldeirão – 3,04 M€.

e) Programa MAIS Floresta

Objetivos:

- Reforma do sistema de prevenção e combate de incêndios:
 - Realização de ações de informação e sensibilização para a prevenção de comportamentos de risco da população, de programas de autoproteção de pessoas e infraestruturas;
 - Aumento da capacidade da resposta operacional da ANEPC, da GNR e dos Corpos de Bombeiros, nomeadamente com a aquisição de veículos, equipamentos de proteção individual e restante equipamento operacional de combate a incêndios rurais;
 - Reforço da qualificação dos operacionais que intervêm no combate aos incêndios rurais;
- Sustentabilidade e competitividade do setor produtivo através do reforço de atuação das organizações de produtores florestais (OPF) e dos Centros de Competências no setor florestal:
 - Prestação de serviços que contribuam para o aumento da sustentabilidade da floresta portuguesa, potenciando os serviços de natureza pública que os territórios florestais prestam;
 - Reforço dos serviços de proximidade junto dos proprietários florestais;
 - Potenciar a implementação das reformas e investimentos previstos na Componente 8.

Implementação:

- As entidades responsáveis pela execução e reporte deste investimento serão a Secretaria Geral do Ministério da Administração Interna, em estreita colaboração com a ANEPC e a GNR, o ICNF, I. P. e o Fundo Ambiental;

- Contratos-programa com as OPF e Centros de Competências:
 - Incrementar a ação do Estado no território, recorrendo ao corpo técnico e operacional das estruturas associativas de produtores florestais através do estabelecimento de contratos-programa com cerca de 120 organizações de produtores florestais com atividade concreta e demonstrada no território;
 - Estabelecer contratos-programa com as entidades gestoras das parcerias constituídas no âmbito dos 5 Centros de Competências diretamente relacionados com o setor florestal: (1) pinheiro bravo, (2) sobreiro e da cortiça, (3) pinheiro manso e pinhão, (4) luta contra a desertificação e (5) estudo, gestão e sustentabilidade das espécies cinegéticas e biodiversidade.

Apoios:

- Execução anual, até ao final do ano de 2025;
- MAI - aquisição de veículos para a ANEPC, GNR e os Corpos de Bombeiros - 40 M€;
- Contratos-programa com OPF e Centros de Competências - 10 M€.



C9 - Gestão Hídrica

Objetivo: mitigar a escassez hídrica e assegurar resiliência dos territórios do Algarve, Alentejo e Madeira aos episódios de seca.

Montante global: 390 M€

Reformas e Investimentos relevantes para o sector agroflorestal:

- Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve - 200 M€;
- Aproveitamento hidráulico de fins múltiplos do Crato - 120 M€;
- Plano de eficiência e reforço hídrico dos sistemas de abastecimento e regadio da RAM - 70 M€.

a) Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve

Objetivos:

- Mitigação da escassez e a resiliência aos episódios de seca promovendo a manutenção da disponibilidade de água e a qualidade de serviço;
- Controlo e gestão integrada dos consumos e das disponibilidades hídricas almejando um equilíbrio entre as necessidades e as disponibilidades;
- Adoção de medidas do lado da procura e da gestão do recurso;
- Aumento das disponibilidades hídricas da região.

Implementação:

- SM1 - Reduzir perdas de água no setor urbano - renovação e reabilitação de infraestruturas degradadas ou tecnicamente deficiente;

- **SM2 – Reduzir perdas de água e aumentar a eficiência no setor agrícola** – sistemas de distribuição mais eficientes, a implementação de sistemas de teledeteção, controlo e monitorização dos consumos para modernização dos aproveitamentos hidroagrícolas coletivos; melhoria da eficiência dos regadios individuais, através da instalação de sistemas de rega mais eficientes com monitorização e rastreamento dos consumos;
- **SM3 – Reforçar a governança dos recursos hídricos** – reforço e modernização das estações de monitorização e na instalação de contadores com telemetria; implementação de caudais ecológicos nas albufeiras da Bravura e Funcho-Arade;
- **SM4 – Promover a utilização de Água Residual Tratada** – identificação de potenciais utilizadores desta origem de água não potável, sobretudo em atividades económicas ligadas ao turismo e agricultura e espaços públicos; afinação do tratamento das estações de tratamento de águas residuais para um nível de qualidade compatível e serão construídas infraestruturas de elevação, armazenamento e distribuição;
- **SM5 – Aumentar a capacidade disponível e resiliência das albufeiras/sistemas de adução em alta existentes e reforçar com novas origens de água** – reforçando a ligação entre os sistemas de abastecimento de água do Sotavento/Barlavento Algarvio, reforçando as afluências à albufeira de Odeleite e otimizando a exploração da sua capacidade de armazenamento, nomeadamente, permitindo a exploração de parte do seu volume morto. Prevê-se, designadamente, o reforço das afluências à albufeira de Odeleite através de uma captação no rio Guadiana;
- **SM6 – Promover a dessalinização de água do mar** – instalação de unidade de dessalinização com um sistema de produção de energia fotovoltaica.

Apoios:

- Os investimentos previstos são na sua maior parte de natureza pública e, no caso da submedida SM2, parcialmente de natureza privada;
- Coordenação da APA e participação, conforme a submedida (SM), da Comunidade Intermunicipal do Algarve (AMAL), DGADR, DRAP Algarve, Associações de Regantes e regantes individuais, Águas do Algarve (AdA);
- SM1 - 35 M€;
- SM2 - 17 M€;
- SM3 - 5 M€;
- SM4 - 23 M€;
- SM5 - 75 M€;
- SM6 - 45 M€.

b) Aproveitamento hidráulico de fins múltiplos do Crato**Objetivos:**

- Contribuir para a transição e adaptação climática;
- Contribuir para a transição energética;
- Contribuir para a transição digital;
- Proporcionar um foco efetivo de desenvolvimento económico;
- Promover o aproveitamento da qualidade ambiental, paisagística, patrimonial, cultural e desportiva.

Implementação:

- Os investimentos previstos são, à exceção da central fotovoltaica, de natureza pública;

- A entidade responsável pela execução, acompanhamento e monitorização deste investimento é a Comunidade Inter-municipal do Alto Alentejo (CIMAA).

Apoios:

- Construção da barragem – 43,45 M€;
- Expropriações e compensações ambientais – 8 M€;
- Construção da mini-hídrica – 1,95 M€;
- Sistema de reforço de aflúncias da barragem – 14,4 M€;
- Infraestruturas dos blocos de rega e plataforma de monitorização – 46,8 M€;
- Central solar fotovoltaica – 0 M€;
- Sistema de reforço de abastecimento da barragem a Póvoa e Meadas a partir da Barragem do Pisão – 5,4 M€.

c) Plano de eficiência e reforço hídrico dos sistemas de abastecimento e regadio da RAM

Objetivos:

- Dar resposta à escassez de água crónica nos sistemas de abastecimento público de água e de regadio da Costa Sul da Ilha da Madeira e da Ilha de Porto Santo;
- Preservar e evitar a sobre exploração das captações subterrâneas de água;
- Adaptar às alterações climáticas, aumentando a resiliência aos fenómenos de seca;
- Assegurar o uso eficiente da água;
- Promover a sustentabilidade económica e ambiental da gestão da água.

Implementação:

- Os investimentos previstos são de natureza pública;
- O investimento será concretizado pela ARM – Águas e Resíduos da Madeira.

Apoios:

- P1 – Reforço de Adução ao Canal do Norte – Sistema Elevatório do Seixal – 21 M€;
- P2 – Recuperação do Lanço Norte do Canal do Norte - 7 M€;
- P3 – Recuperação da Levada das Rabaças – 3 M€;
- P4 – Otimização da Adução do Sistema Adutor Machico Funchal – EE de Santa Quitéria – 3 M€;
- P5 – Reforço de adução ao Canal dos Tornos – EE Lombo do Urzal – 3 M€;
- P6 – Reforço da Adução ao Lanço Sul do Canal dos Tornos – Construção da Lagoa das Águas Mansas/Ribeiro Serrão – 15 M€;
- P7 – Construção da Galeria de Captação de Água Salgada no Porto Santo – Galeria nº 5 – 2 M€;
- P8 – Otimização, renovação e reabilitação das Redes de Abastecimento de Água do Porto Santo com vista à Redução de Perdas – 13 M€;
- P9 – Reforço de adução ao Reservatório da Trompica – 3 M€.

C12 – Bioeconomia Sustentável

Objetivos:

- Promoção da bioeconomia sustentável e circular no setor têxtil e vestuário – produção eficiente de fibras naturais sustentáveis através de matérias-primas alternativas (bio-

massa florestal e agrícola) e para a produção de têxteis funcionais a partir de resíduos agroindustriais;

- Promoção da bioeconomia sustentável e circular no setor do calçado;
- Promoção e valorização da resina natural – promover a produção de produtos derivados da resina natural potenciando o maior leque de aplicações no mercado através da revitalização de toda a cadeia de valor;
- Maior incorporação de matérias-primas de base biológica, importantes no contexto da valorização do território e dos seus ativos naturais;
- Valorização da biomassa florestal, assim como de outras biomassas associadas ao capital agrícola (e.g. valorização dos subprodutos de culturas como arroz, banana, ananás), cujo aproveitamento permite promover a atividade económica e as especificidades locais;
- Valorização de subprodutos e resíduos de base biológica através de simbioses industriais (e.g. extração de corantes naturais de resíduos de café, ameixa, beterraba, uva para tingimento do couro);
- Fomento da produção da resina natural e reforço da sustentabilidade da indústria transformadora da resina.

Apoios:

- Os investimentos previstos são maioritariamente de natureza privada;
- No caso específico da submedida gestão florestal e de apoio à resinagem, os investimentos são de natureza pública e privada;
- Disponibilidade financeira de 145 M€.

C16 -Empresas 4.0

Objetivos:

- Aumentar as competências digitais da população ativa empregada, incluindo funcionários e empresários, com especial enfoque nas empresas dos setores da indústria, comércio, serviços, turismo e agricultura;
- Incrementar o número de trabalhadores digitalmente qualificados e melhorar a competitividade e resiliência das empresas;
- Aumentar o número de postos de trabalho qualificados nas empresas existentes e fomentar a criação de novas empresas.

Implementação:

- Capacitação Digital das Empresas - investimento público em programas de desenvolvimento de competências digitais em larga escala e de capacitação em tecnologias digitais;
- Transição Digital das Empresas - investimento público e privado, incluindo a aceleração e automação de tomadas de decisão e de execução com base em inteligência artificial e dados; o redesenho de cadeias de valor e de fornecimento, otimizando rapidez e resiliência, e a agilidade no funcionamento das empresas, por exemplo, através da utilização do teletrabalho; o estímulo à inovação e experimentação de novos produtos e serviços; o reforço das estruturas de apoio ao empreendedorismo e à atividade empresarial no domínio do digital; e a utilização de espaços de dados transeitoriais e suportada em infraestruturas europeias de *cloud* e *edge computing*;
- Catalisação da Transformação Digital das Empresas - investimento público e privado, através de *digital innovation hubs*, desmaterialização da faturação e selos de certificações de cibersegurança, privacidade, usabilidade e sustentabilidade.

Apoios:

- No caso dos investimentos privados, prevê-se:
 - Auxílios à inovação a favor de PME, que têm como limite, regra geral, 50% dos custos elegíveis;
 - Auxílios em matéria de consultoria a favor das PME, que têm como limite, regra geral, 50% dos custos elegíveis;
 - Auxílios à formação, que têm como limite 50% dos custos elegíveis e que podem ser majorados em 20 p.p., designadamente em função da dimensão de empresa.
- Capacitação Digital das Empresas – 100 M€;
- Transição Digital das Empresas – 450 M€;
- Catalisação da Transformação Digital das Empresas – 100 M€;
- Os investimentos estão programados para serem implementados entre 2021 e 2025.

Outros

As empresas do complexo agroflorestal nacional poderão ainda vir a beneficiar de outras áreas de apoio, nomeadamente:

- C6. Qualificações e competências;
- C11. Descarbonização da indústria.

SOLUÇÕES MILLENNIUM BCP

Venha conhecer as nossas soluções comerciais

Se antecipa poder vir a beneficiar das medidas contempladas no Plano de Recuperação e Resiliência, seja por via da candidatura a apoios diretos, seja pela oportunidade de fornecimento das necessidades públicas de investimento, **venha ao Banco do Plano de Recuperação e Resiliência.**



Conte connosco para o apoiar na candidatura, com as soluções de que necessita e o aconselhamento especializado:



Equipa dedicada



Clube de parceiros de consultoria



Análise financeira preliminar



Adiantamento de incentivos



Soluções de Factoring para antecipar as suas receitas



Financiamento da atividade e do investimento



Apoio às exigências legais (emissão de garantias bancárias)

Para o financiamento da Economia, o Millennium bcp é o Banco que está ao lado das empresas. Tudo para que o seu negócio retome a atividade e cresça.

É tempo de pôr a economia a andar. Vamos lá!

A informação contida nesta *newsletter* tem caráter meramente informativo e particular, sendo divulgada aos seus destinatários como mera ferramenta auxiliar, não devendo nem podendo desencadear ou justificar qualquer ação ou omissão, nem sustentar qualquer operação, nem ainda substituir qualquer julgamento próprio dos seus destinatários, sendo estes, por isso, inteiramente responsáveis pelos atos e omissões que pratiquem. Assim e apesar de considerar que o conjunto de informações contidas nesta *newsletter* foi obtido junto de fontes consideradas fiáveis, nada obsta que aquelas possam, a qualquer momento e sem aviso prévio, ser alteradas pelo Banco Comercial Português, S.A. ("Millennium bcp"). As perspetivas e tendências indicadas nesta *newsletter* correspondem a declarações relativas ao futuro baseadas numa multiplicidade de pressupostos e, como tal, envolvem riscos, incertezas e outros fatores que poderão determinar que os resultados efetivos, desempenho ou a concretização de objetivos ou resultados do setor sejam substancialmente diferentes daqueles que resultam expressa ou tacitamente desta *newsletter*. Por conseguinte, não pode, nem deve, pois, o Millennium bcp garantir a exatidão, veracidade, validade e atualidade do conteúdo informativo que compõe esta *newsletter*, pelo que a mesma deverá ser sempre devidamente analisada, avaliada e atestada pelos respetivos destinatários. Neste sentido, o Millennium bcp não assume a responsabilidade por quaisquer eventuais danos ou prejuízos resultantes, direta ou indiretamente, da utilização da informação referida nesta *newsletter*, independentemente da forma ou natureza que possam vir a revestir. A reprodução desta *newsletter* não é permitida sem autorização prévia.



91 850 45 04

93 050 45 04

96 150 41 26

+351 21 004 24 24

(de Portugal ou do estrangeiro)

Atendimento Personalizado 24H

O custo das comunicações depende do tarifário que tiver acordado com o seu operador de telecomunicações.

www.millenniumbcp.pt

Banco Comercial Português, S.A., Sociedade Aberta, Sede na Praça D. João I, n.º 28, 4000-295 Porto - Capital Social 4.725.000.000,00 euros. Número único de matrícula e de Pessoa Coletiva 501525882. Agente de Seguros registado com o n.º 419527602, junto da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões - Data da Inscrição: 21/01/2019. Autorização para mediação de seguros dos Ramos Vida e Não Vida. Informações e outros detalhes do registo podem ser verificados em www.asf.pt. O Mediador não está autorizado a celebrar contratos de seguro em nome do Segurador nem a receber prémios de seguro para serem entregues ao Segurador. O Mediador não assume a cobertura dos riscos inerentes ao contrato do seguro, que são integralmente assumidos pelo Segurador.